

CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 085/2017

CONTRATO EMERGENCIAL DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
VIGILÂNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM
AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS

CEGECON – CENTRO DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO CONTINUADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.215.865/0001-80, com endereço à Avenida Anhanguera, nº 5.110, Edifício Moacir Teles, Sala 202, Setor Central, Goiânia - GO, CEP 74.015-908, em razão do Contrato de Gestão de nº 002/2017-SED, firmado com o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação, neste ato representado por ALMÉRIO MARQUES LEÃO, brasileiro, casado, advogado, portador da C.I/R.G nº 3564086 – 2ª via – SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 858.579.635-91, residente e domiciliado em Goiânia/GO, denominada CONTRATANTE; e de outro lado

IMPERIUM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.371.590/0001-10, estabelecida à Av. Quinze de novembro, s/n, Qd. 26, Lt. 12 e 2, Jardim Monte Cristo, Aparecida de Goiânia/GO, CEP 74.968-340, representada pelo sócio GABRIEL RIBEIRO DE SOUZA, brasileiro, divorciado, empresário, RG nº 4498188 – 2a. Via, inscrito no CPF sob nº 004.004.391-66, residente e domiciliado em Aparecida de Goiânia/GO, denominando-se a partir de agora simplesmente CONTRATADA, na melhor forma do direito, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

1.1. Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de vigia/porteiro, obedecendo as técnicas apropriadas e utilizando mão de obra devidamente treinada e qualificada em quantitativo condizente à necessidade de trabalho a ser prestado, conforme especificações da dispensa, no Instituto Tecnológico do Estado de Goiás - Jerônimo Carlos do Prado, para atender às exigências e determinações estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 008/2016–SED e em seus anexos, no Contrato de Gestão nº 002/2017–SED, na Proposta Técnica, dentre outros.

1.2. Considerando que o Instituto vem enfrentando problemas de arrombamento e destruição do patrimônio, necessário se faz uma solução emergencial para atendimento ao ITEGO, tudo em conformidade com a Resolução Normativa nº 001/2017 de 28 de abril de 2017, art. 7º.

inciso XI, do Regulamento de Compras e Contratações de Obras e Serviços e Aliações de Bens Públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS E LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1. Quantitativo de colaboradores

SERVIÇOS	ESCALA	TURNO	Nº DE POSTOS	Nº DE EMPREGADOS
VIGIA PORTEIRO	24 h por dia, em turnos de 12 x 36	DIURNO	01	02
VIGIA PORTEIRO	24 h por dia, em turnos de 12 x 36	NOTURNO	02	04
TOTAL			03	06

2.2. Constituem especificações dos serviços:

- 2.2.1. Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas;
- 2.2.2. Realizar rondas nas áreas sob vigilância;
- 2.2.3. Permanecer em vigilância nos momentos de entradas e saídas de materiais pelo portão de carga e descarga, conferindo nas saídas a numeração do patrimônio;
- 2.2.4. Prestar auxílio ao pessoal da recepção;
- 2.2.5. Impedir a entrada de vendedores e pessoas não autorizadas;
- 2.2.6. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas;
- 2.2.7. Manter rigoroso controle sobre os veículos particulares que estiverem nos estacionamentos, quando houver, durante o período de expediente;
- 2.2.8. Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé;
- 2.2.9. Informar, imediatamente, aos Chefes dos Serviços sobre quaisquer anormalidades;
- 2.2.10. Atender com prontidão quaisquer determinações do CEGECON;
- 2.2.11. Manter a guarda do posto;
- 2.2.12. Realizar outras atividades similares e de nível de complexidade compatível.

2.3. Constituem regras gerais a serem observadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho objetos deste documento:

- 2.3.1. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído por outro profissional ou quando autorizado pela chefia;

- 2.3.2.** Apresentar-se devidamente identificado por crachá, uniformizado, asseado, barbeado e com unhas aparadas;
- 2.3.3.** Idade mínima de 21 (vinte e um) anos, conforme art. 16 da Lei nº. 7.102/83;
- 2.3.4.** Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do Instituto Tecnológico do Estado de Goiás - Jerônimo Carlos do Prado;
- 2.3.5.** Apresentar atestado médico de aptidão física e mental, para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;
- 2.3.6.** Apresentar Certidão dos foros Criminais da Justiça Federal e Estadual de Goiás;
- 2.3.7.** Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- 2.3.8.** Zelar pela preservação do patrimônio do no Instituto Tecnológico do Estado de Goiás - Jerônimo Carlos do Prado sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- 2.3.9.** Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- 2.3.10.** Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- 2.3.11.** Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 2.3.12.** Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- 2.3.13.** Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- 2.3.14.** Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- 2.3.15.** Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- 2.3.16.** Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 2.3.17.** Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da CONTRATANTE, providenciando para que sejam encaminhados à Segurança ou ao seu superior;
- 2.3.18.** Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- 2.3.19.** Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes do Instituto Tecnológico do Estado de Goiás - Jerônimo Carlos do Prado;
- 2.3.20.** Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;

2.4. Os serviços hora pleiteados serão executados especificamente no Instituto Tecnológico do Estado de Goiás - Jerônimo Carlos do Prado, situado na Rua Piauí, nº. 460, Centro, Goiatuba-GO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3. São obrigações **DA CONTRATADA** decorrentes do presente Contrato:

- 3.1. Seguir as obrigações constantes em legislação pertinente, além do fornecimento da mão-de-obra, dos equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de vigia e porteiro e demais atividades correlatas;
- 3.2. Executar os serviços conforme especificações da Dispensa e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 3.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 3.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 3.5. Utilizar empregados habilitados, treinados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 3.6. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 3.7. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social- CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência;
- 3.8. Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 3.9. Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;
- 3.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 3.11. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, a critério da Administração;
- 3.12. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 3.13. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, respeitando os princípios da Administração Pública;

- 3.14.** Executar diretamente o contrato, sem a transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizada pela CONTRATANTE;
- 3.15.** Assegurar a prestação dos serviços contratados, mesmo em caso de greve dos transportes públicos, salvo os motivos de força maior (calamidades públicas, etc.);
- 3.16.** Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto quando devidamente determinado pelo responsável da Organização Social para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 3.17.** Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito na Dispensa;
- 3.18.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato;
- 3.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 3.20.** Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados;
- 3.21.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação;
- 3.22.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas na Dispensa ou na minuta de contrato;
- 3.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório;
- 3.24.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta, sem antecedentes criminais e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 3.25.** Responsabilizar-se por toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, inclusive quanto à exigência do uso e ao fornecimento dos equipamentos de proteção individuais e coletivos (botas, luvas, capacetes etc.).
- 3.26.** Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo fornecimento de alimentação e transporte para seus empregados, visto que não terão vínculo empregatício com a contratante.
- 3.27.** Responsabilizar-se pelo controle da assiduidade e pontualidade de seus empregados e apresentar ao fiscal do contrato relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura.



3.28. Manter disciplina nos locais de serviços, afastando no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, após o pedido da contratante, qualquer funcionário considerado com conduta inconveniente pela administração.

3.29. A Contratada obedecerá às normas e os procedimentos internos atinentes às rotinas diárias da Contratante.

3.30. Fornecer mensalmente à contratante cópia da folha de pagamento do mês anterior ao da despesa, bem como os comprovantes do recolhimento dos encargos sociais incidentes quando solicitado;

3.31. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, cargo ou atividade exercida, órgão e local de exercício dos empregados alocados;

3.32. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4. São obrigações **DA CONTRATANTE** decorrentes do presente Contrato:

4.1 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações da Dispensa;

4.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por funcionário especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.4 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

4.5 - Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

4.6 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação;

4.7 - Fiscalizar a execução do instrumento contratual, através do setor responsável, na forma que lhe convier.



CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pelos serviços compreendidos na cláusula primeira, será pago o valor total de **R\$ 79.157,88 (setenta e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos)**, os quais serão divididos em 03 (três) parcelas mensais iguais e sucessivas de **R\$ 26.385,96 (vinte e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos)**;

5.2. O presente instrumento de contrato tem vigência por 90 (noventa) dias, a partir da assinatura, respeitado o limite de vigência do Contrato de Gestão nº 002/2017, firmado entre o CEGECON e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação - SED/GO;

5.3. Os pagamentos acima referidos serão efetuados mediante apresentação das Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo respectivo fiscal do contrato e deverão ser encaminhadas em nome do próprio CONTRATANTE, com as observações expressas da vinculação da despesa à execução do **Contrato de Gestão nº. 002/2017-SED, ao Processo Emergencial de Prestação de Serviços n.º 085/2017** e a indicação da conta corrente e agência bancária para pagamento e acompanhados:

- I - Prova de Regularidade Fiscal concernente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por meio de “Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;
- II - Prova de situação regular para com a Fazenda Estadual do Estado de Goiás, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual. Caso a sede da empresa esteja localizada em outro Estado da Federação, deverá apresentar também a Certidão Negativa de Débitos de seu Estado;
- III - Prova de situação regular para com a Fazenda Municipal, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;
- IV - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27, alínea “a”, Lei nº 8.036, de 11/05/90), através da apresentação do CRC - Certificado da Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- V - Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho (CNDT);
- VI – Relatório de Atividades desenvolvidas no mês referência.

5.4. Nos preços ora contratados já estão incluídos os custos operacionais da CONTRATADA que versam sobre encargos sociais, financeiros, tabulários e trabalhistas.

5.5. Todas as despesas da CONTRATADA para a prestação dos serviços deste contrato, como transporte, hospedagem, alimentação ou outra que por ventura possa ocorrer, será arcado pela CONTRATADA.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1. Este Contrato poderá, a qualquer tempo, ser rescindido de imediato:

- a) pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsistam condições para a continuidade do mesmo;
- b) pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução de imediato;
- c) de imediato, pela não prorrogação, rescisão ou extinção, independente do motivo, do Contrato de Gestão nº 002/2017-SED, firmado entre o CEGECON e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação - SED/GO, sem qualquer necessidade de notificação prévia, nem qualquer direito à indenização de qualquer espécie, sobretudo por perdas e danos;
- d) paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação;
- e) dissolução, falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial do CONTRATADO;
- f) alteração do objeto social do CONTRATADO que a impeça de executar os serviços objeto deste Contrato.

6.2. Na hipótese de rescisão serão liquidados os débitos ou créditos de cada uma das partes, sendo-lhes descontados ou pagos de imediato.

6.3. Havendo rescisão por inadimplência, a parte inadimplente se sujeitará a pagar à outra parte todos os prejuízos que der causa, inclusive os eventuais honorários advocatícios e custas processuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Fica ajustado que comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) *comportar-se de modo inidôneo*;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

7.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total contratado, em caso de reincidência, o que poderá ensejar a rescisão contratual;

7.3. Em caso de inexecução parcial, por quaisquer outras condutas não elencadas, constantes na Dispensa, e devidamente avaliadas pelo fiscal do contrato, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA;

7.5. A autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, na aplicação das sanções, sempre observando o caráter educativo da pena.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. Para atender os compromissos decorrentes deste Contrato, os recursos são provenientes do Contrato de Gestão nº 002/2017-SED, celebrado entre o CONTRATANTE e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação - SED/GO.

CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE DE QUALIDADE E DO FISCAL DE CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, definido pela Superintendência;

9.2. A CONTRATADA obriga-se a iniciar qualquer correção exigida pela fiscalização do CONTRATANTE dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da exigência, correndo por exclusiva conta da CONTRATADA as despesas decorrentes;

9.3. À fiscalização do CONTRATANTE é assegurado o direito de ordenar a suspensão do serviço, no caso de não ser atendida dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da entrega da notificação correspondente, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização;

9.4. A presença da fiscalização do CONTRATANTE não diminui ou exclui qualquer obrigação/responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Contrato é regulado pelas Leis Federais nº 10.406/2002, 8.666/1993 e pela Lei Estadual nº 15.503/2005, devendo estas ser consultadas nos casos omissos deste Contrato.

10.2. Todas as cláusulas previstas neste Contrato estão de acordo com a Dispensa;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da comarca de Goiânia - GO, em detrimento de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de duas testemunhas.

Goiânia/GO, 01 de agosto de 2017.

CEGECON – CENTRO DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO CONTINUADA

CNPJ/MF nº 14.215.865/0001-80

ALMERIO MARQUES LEÃO

CPF nº 858.579.635-91

IMPERIUM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ/MF nº 04.371.590/0001-10

GABRIEL RIBEIRO DE SOUZA

CPF nº 004.004.391-66

TESTEMUNHAS:

1. Bao Maria e Silo CPF: 045.490.975-27
2. Andressa de Almeida e Silva CPF: 700.511.491-41